



Informação nº: 79/2015 – SECONT/3ªDICONT

Brasília (DF), 25 de março de 2015.

Processo nº: 6.412/2013 (um volume)

Apensos nºs: 480.001.028/2012 (um volume)

Jurisdicionada: Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF

Assunto: Tomada de Contas Especial – TCE.

Valor envolvido: R\$ 23.633,35¹ (montante em exame)

Ementa: TCE instaurada para apurar a existência de irregularidade no recebimento de indenização de transporte na passagem para a inatividade de militares da PMDF. Falecimento do beneficiário. Encerramento da TCE. Decisão nº 1.752/2014. Interposição de recurso por parte do MPJTCDF. No mérito, pelo não provimento. Arquivamento dos autos.

Senhor Diretor,

Tratam os autos de TCE instaurada para apurar a existência de irregularidade no recebimento de indenização de transporte na passagem à inatividade do militar da PMDF **Edmilson de Oliveira Trajano**.

2. Na Sessão Ordinária nº 4.681, de 22.04.2014, o Tribunal lavrou a Decisão nº 1.752/2014 de fl. 26, transcrita a seguir:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento da tomada de contas especial objeto do Processo nº. 480.001.028/2010; II – considerar encerrada a tomada de contas especial, haja vista o falecimento do beneficiário e o contido no item II da Decisão nº 4.664/2005; III – autorizar: a) a devolução do apenso à Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal, para as providências pertinentes; b) o arquivamento dos autos em exame.

¹ Valor em 11.01.2012, fl. 133*.



3. Inconformada com essa deliberação, a 4.^a Procuradoria do MPJTCDF interpôs recurso de reconsideração, fls. 28/37, com o objetivo de reformar os termos da Decisão nº 1.752/2014, fl. 26, requerendo a citação do espólio/sucessores do beneficiário da indenização de transporte para apresentarem defesa acerca dos fatos narrados no referido processo, ou recolherem o valor atualizado do débito.
4. Mediante a Informação nº 199/2014 – SECONT/GAB, fls. 53/55, a Unidade Técnica sugeriu a admissibilidade do recurso.
5. Por meio da Decisão nº 3.039/2014, fl. 60, o Tribunal conheceu do Recurso de Reconsideração e autorizou a comunicação das herdeiras do extinto militar para apresentar contrarrazões ao recurso manejado pelo MPJTCDF.
6. Por intermédio dos Ofícios de Comunicação n^{os} 032, 033 e 034/2014 – SECONT/GAB, fls. 65/67, as Sras. Patrícia Dantas Trajano Sumihara, Juliana Dantas Trajano e Verônica Trajano Ferreira foram informadas da deliberação, e, tempestivamente, apresentaram contrarrazões ao Recurso de Reconsideração de fls. 70/73 e anexos de fls. 76/81.
7. Nesta oportunidade, examina-se as contrarrazões e o mérito do recurso interposto pelo órgão ministerial.

DAS CONTRARRAZÕES AO RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO fls. de 70/73

8. Alegam as sucessoras do militar falecido que não houve nenhuma irregularidade na transferência do *de cujus* ao seu local de origem, pois este, supostamente, apresentou toda a documentação necessária comprovando sua mudança de domicílio e que tinha propriedade de um imóvel no local desde o ano de 1982, que comprovaria sua intenção de retornar à sua cidade.
9. Ressaltaram que, dada suposta inexistência de irregularidades, a invocação do princípio da segurança jurídica daria fulcro à ausência de vícios ou quaisquer outros tipos de falhas na concessão do direito ao militar falecido.



10. Por fim, requerem as herdeiras que sejam recebidas as contrarrazões recursais apresentadas, assim como o desprovemento do Recurso de Reconsideração interposto, mantendo incólume a decisão atacada.

DO RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO INTERPOSTO PELO MPjTCDF de fls. 28/37

11. O MPjTCDF, no que tange ao mérito, sustenta que a tomada de contas especial em epígrafe não deveria ser encerrada com esteio no óbito do beneficiário, porquanto o falecido deixou bens a inventariar.

12. Ressalta que o beneficiário enriqueceu ilicitamente, uma vez que as condicionantes insculpidas nas normas de regência da matéria para habilitação e recebimento da indenização não foram integralmente cumpridas.

13. Sustenta, elencando vasta jurisprudência dos tribunais superiores, que o ressarcimento de dano ao erário é imprescritível, e o falecimento do favorecido antes da citação não obsta a formação da relação processual, podendo o espólio ou os sucessores representar o *de cujus* na ação de ressarcimento até o limite do patrimônio transferido.

14. Postula, ainda, que sobre o valor principal da indenização, além da correção monetária, deve incidir juros de mora desde a data do pagamento, conforme o art. 1.º, II, “a” e “b”, da Emenda Regimental nº 13/2003, em razão da conduta dolosa do beneficiário, porquanto se locupletou indevidamente de valores referentes à indenização.

15. Por fim, requer ao e. Plenário o provimento do mérito do recurso para reformar a r. Decisão nº 1.752/2014, com a consequente citação do espólio/sucessores para apresentarem defesa ou adimplirem o valor atualizado do débito, nos termos do art. 13, II, da LC nº 1/1994.

DA ANÁLISE

16. A essência dos fundamentos apresentados no recurso pelo Ministério Público de Contas circunscreve-se à discordância em face de o eg. Plenário ter considerado regular a absorção do prejuízo pelo erário, motivado pela



ausência do pressuposto de desenvolvimento regular do processo em razão do falecimento do militar.

17. Pugna o *Parquet* pelo provimento do mérito do recurso para reformar a r. Decisão nº 1.752/2014, por entender que o óbito do favorecido não tem o condão de elidir a responsabilidade do espólio/sucessores em relação ao patrimônio transferido.

18. Inicialmente, cumpre-nos ressaltar a forma didática, profícua e elucidativa do conteúdo do Recurso de Reconsideração apresentado pela douta 4.ª Procuradoria.

19. Em tese, entendemos que não haveria reparos, **no plano abstrato**, a serem feitos ao recurso quanto à imprescritibilidade de ações de ressarcimento e a plausibilidade de o espólio/sucessores responderem no limite do patrimônio transferido, porquanto está em consonância com a legislação, a jurisprudência e a doutrina que tratam do assunto.

20. No entanto, compreendemos que as implicações advindas do falecimento de um responsável a ser alcançado por uma decisão do Tribunal podem, também, ser analisadas considerando as peculiaridades do **caso concreto**, a fim de não comprometer o contraditório e a ampla defesa, a eficiência e a economicidade, princípios que devem nortear a atuação estatal.

21. Isso não se trata, que fique bem claro, de atribuir às normas objetivas um papel secundário, pelo contrário, elas são a fonte direcionadora das ações estatais, contudo, deve ser ponderado se sua aplicação, *ipsis litteris*, ao caso em questão, não resultaria em prejuízo.

22. Inicialmente, cabe realçar que não foi possível citar o *de cujus* antes do seu falecimento.

23. Consignamos, ainda, que já se passaram quase 18 anos da data de ocorrência do fato que ensejou a abertura da presente tomada de contas especial.



24. Impende salientar que a ausência de citação na pessoa do suposto responsável para apresentação de alegações de defesa compromete, sobretudo, o desenvolvimento válido e regular do processo, haja vista os princípios do contraditório e da ampla defesa não poderem ser exercidos em sua plenitude, tanto é que esta Corte decidiu pelo arquivamento dos autos.

25. Ademais, já se cristalizou no Tribunal o entendimento, mediante o julgamento de vários casos semelhantes, v.g. rr. Decisões nº 380/2014, 696/2014, 5704/2014, 5795/2014, 6041/2014, dentre outras, de que o falecimento do responsável antes da citação é supedâneo para o encerramento das contas.

26. Diante do exposto, tendo em vista os princípios da isonomia, da segurança jurídica e do colegiado, a Corte deve, no mérito, negar provimento ao recurso interposto pelo *Parquet*, mantendo, na íntegra, os termos da Decisão nº 1.752/14.

SUGESTÕES

Ante o exposto, sugerimos ao Plenário que:

I. tome conhecimento das contrarrazões anexadas às fls. 70/73 e anexos de fls. 76/81, considerando atendido o item III “a” da Decisão nº 3.039/2014;

II. no mérito, negue provimento ao Recurso de Reconsideração de fls. 28/37, manejado pelo MPJTCDF, mantendo-se os termos da Decisão nº 1.752/2014;

III. dê ciência ao recorrente e às autoras das contrarrazões, na pessoa de seu advogado nominado às fls. 68 e 74/75, da decisão que vier a ser proferida;

IV. autorize:

a) o retorno dos autos à Secretaria de Contas para arquivamento; e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE CONTAS - 1ª DIVISÃO DE CONTAS

e-DOC 3658EF2C

Proc 6412/2013

Fl.:

Proc.: 6.412/13

Rubrica

b) a devolução do apenso à Controladoria-Geral do DF;

À consideração superior.